



MUNICÍPIO DE CUBA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 56

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

22-11-2023

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hele' and 'Jm'.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2023: €

525 734,25. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CARNAVAL DE CUBA 2024. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65/2023, SCTPH, da autoria do Técnico Superior Lino costa, cujo teor se transcreve: -----

“Em Cuba é tradição festejar-se o Carnaval, festa pagã que a Igreja Católica inseriu nas suas comemorações e que se comemora durante os três dias que antecedem a quaresma. Cuba retomou esta tradição, tornando-a numa das mais populares e concorridas festas do ano e da região, devido ao número de participantes e de visitantes que no dia de Carnaval vêm a Cuba. -----

Sendo assim, a Câmara Municipal de Cuba, vai voltar a realizar no dia 13 de fevereiro de 2024, mais uma edição do Grandioso Corso Carnavalesco de Cuba, que este ano é subordinado ao tema “O Carnaval dos Oceanos”. -----

Desta forma, o serviço de Ação Cultural remete, para V. Exas. a apreciação das Normas de Funcionamento do Corso Carnavalesco (em anexo). -----

De harmonia com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual “*Compete à câmara municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...).*” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- a) Aprovar as normas de funcionamento que adiante se transcrevem; -----
- b) Fixar a data limite de 30 de janeiro de 2024, para aceitação das fichas de inscrição no Corso Carnavalesco. -----

Normas de funcionamento do Corso Carnavalesco – CUBA 2024

O Corso Carnavalesco organizado pelo Município de Cuba, que este ano tem como tema “O Carnaval dos Oceanos”, é uma atividade lúdica e recreativa que tem como principal objetivo, promover e dinamizar turisticamente o concelho através da comemoração desta época festiva. A iniciativa visa ainda, incentivar a criatividade, a imaginação e o espírito associativo no seio da comunidade. -----

O modo de participação de grupos e o apoio concedido pelo Município de Cuba para a efetivação do Corso Carnavalesco, rege-se pelas seguintes normas: -----

1. A Câmara Municipal de Cuba disponibiliza a verba de 200 € (duzentos euros) para todos os grupos que participem no Corso Carnavalesco que se realiza no dia 13 de fevereiro de 2024. -----

2. A atribuição da verba identificada no ponto anterior dependerá da participação efetiva dos grupos inscritos e será verificada de forma criteriosa, atendendo a fatores de natureza qualitativa e quantitativa que se prendem com o cumprimento integral do número de elementos que compõem cada grupo, a apresentação, a originalidade, a criatividade e a capacidade de imaginação e que cumpram todos os requisitos do ponto 7 do presente Regulamento. -----

3. Poderá ser ainda atribuído um prémio no valor de 50 € (cinquenta euros), à participação a título individual que se distinga pela sua originalidade, criatividade e capacidade de imaginação, e que cumpra todos os requisitos do ponto 8 do presente Regulamento. -----

As inscrições individuais não podem ter qualquer relação com os grupos inscritos, designadamente indumentárias e temas e estarão sempre sujeitas a avaliação e posterior validação pela organização para que o prémio monetário seja atribuído. -----

4. O pagamento das quantias referidas fica dependente do cumprimento do previsto nos termos da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, e processar-se-á junto dos Serviços Financeiros do Município de Cuba, em momento posterior à realização do Corso Carnavalesco e desde que os participantes apresentem todos os dados requeridos. -----

O pagamento da verba a atribuir aos participantes ocorrerá sempre em momento posterior ao da realização do curso, quer este se realize no dia de Carnaval, quer em data a fixar conforme definido no número 12. -----

5. As inscrições para a participação no curso, consideram-se abertas na data de afixação do presente aviso e deverão ser formalizadas, no máximo, até ao 10º dia útil que antecede a realização do curso - dia 13 de fevereiro de 2024, ou seja, as inscrições estão abertas até ao dia 30 de janeiro de 2024, inclusive. -----

6. As fichas de inscrição podem ser descarregadas através da página do Município: www.cm-cuba.pt e após o seu preenchimento, devem ser enviadas juntamente com um documento comprovativo de NIB, para os seguintes e-mails: geral@cm-cuba.pt e lino.costa@cm-cuba.pt (as fichas de inscrição devem ser enviadas para os dois e-mails indicados). -----

7. Para efeitos de inscrição, cada grupo deverá: -----

a) Ser composto por um número mínimo de 15 (quinze) elementos;

b) Escolher um representante que tenha mais de 18 (dezoito) anos de idade, que preencherá e assinará a(s) ficha(s) de inscrição anexa ao presente regulamento;

c) Anexar à(s) ficha(s) de inscrição um documento comprovativo de NIB.

8. Para efeitos de inscrição individual, cada participante deverá:

- Ter mais de 18 (dezoito) anos de idade;
- Formalizar a inscrição utilizando a ficha anexa ao presente regulamento;
- Anexar à ficha de inscrição um documento comprovativo de NIB.
- Apresentar-se no princípio do desfile, junto à organização do Corso, para que a sua participação possa ser validada.

9. A inscrição no corso carnavalesco de Cuba, confere à organização o direito a usar a imagem dos participantes, no decurso do corso, podendo utilizá-la para divulgação do evento ou para quaisquer outras iniciativas posteriores à sua realização, nomeadamente em exposição fotográfica do evento, em páginas web e Facebook do Município de Cuba. -----

10. O percurso do Corso Carnavalesco tem início junto ao Largo Conde da Esperança (Largo da Bica) e Rua Formosa, e percorre a Rua Dr. Egas Moniz e a Estrada da Circunvalação. O Corso Carnavalesco finaliza com um Baile junto ao Monumento ao Cante, em espaço coberto ou descoberto, dependendo das condições meteorológicas que se fizerem sentir. -----

11. O Corso Carnavalesco realiza-se na terça-feira de Carnaval, dia 13 de fevereiro de 2024, pelas 15.00H. -----

12. Por efeito de condições meteorológicas adversas ou por motivos de força maior, alheios à organização, o desfile poderá ser cancelado e/ou reagendado para data a fixar pela organização. -----

13. Cabe a todos os participantes zelar pela segurança dos seus carros e elementos, bem como de todos os que assistam ao desfile, pelo que, a organização não se responsabiliza por qualquer acidente ou dano que possam ocorrer. -----

14. A sonorização do local onde decorre o desfile ficará a cargo da Câmara Municipal, não sendo permitido aos participantes utilizarem outras fontes de música para a execução das suas coreografias, ou animação dos seus carros alegóricos, com exceção dos grupos musicais (ex: grupos de percussão, bandas filarmónicas, charangas, etc.). -----

15. Todos os Grupos que têm na sua apresentação Carro Alegórico, de acordo com o n.º 1.4. alínea b) do PLANO DE COORDENAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL 2024", que abaixo se transcreve, têm que respeitar a obrigatoriedade da existência nos ditos Carros Alegóricos, de equipamento de primeira intervenção (extintor) da modalidade ABC e/ou

ABF, com validade e em bom estado de conservação, a fim de fazer face a alguma eventualidade, uma vez que as viaturas estão decoradas com materiais facilmente inflamáveis, bem como pelo facto de o desfile se processar em marcha lenta e poder provocar alguma situação de aquecimento das viaturas. -----

16. PLANO DE COORDENAÇÃO DO EVENTO CARNAVAL 2024 -----

"a) Durante o desfile, existirão várias carrinhas/camiões de caixa aberta a acompanhar os grupos; -----

b) Nessas carrinhas/camiões, estarão instalados provisoriamente geradores. Junto destes equipamentos, deverão estar disponíveis extintores para, em caso de necessidade, uso nas tarefas de primeira intervenção sendo que, o mesmo se aplica às viaturas participantes no desfile que não têm geradores instalados." -----

17. A participação no desfile implica a aceitação das presentes normas de funcionamento. -----

2. PROJETO "PROVANDO O TARECO" - TRANSFERÊNCIA DE VERBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 64/2023, SCTPH, da autoria da Técnica Superior Dulce Lopes, cujo teor se transcreve: -----

"O Provando o Tareco é uma das mais importantes iniciativas para o concelho de Cuba, onde a tradição da produção ancestral de vinho se mantém e onde a cultura associada às adegas e tabernas permanece tão viva. -----

Desta forma, a iniciativa representa um importante marco na vida cultural, económica e social da freguesia de Vila Alva e simultaneamente do concelho de Cuba. -----

Para a concretização do projeto acima mencionado, e atendendo à inflação verificada dos preços dos bens e serviços, propomos que se transfira para a Junta de Freguesia de Vila Alva um montante não superior aos 7 500,00 € (sete mil e quinhentos euros), nos termos da deliberação do ponto 9 da trigésima sexta reunião ordinária da Câmara Municipal de Cuba, de 15 de fevereiro de 2023, até ao encerramento do mesmo. -----

Por se tratar de um evento com receitas associadas, sugerimos a transferência imediata da quantia de 5 000,00 € (cinco mil euros), devendo o valor remanescente ser transferido após a entrega do relatório de execução do evento pela Junta de Freguesia de Vila Alva, se verificada a necessidade de reforço da verba e no montante estritamente necessário. -----

Propõe-se, face à proximidade do evento, que o senhor presidente profira despacho, de modo a se agilizarem os procedimentos inerentes ao mesmo. -----

Após a fundamentação deste pedido, remeto abaixo o enquadramento jurídico: -----

Por forma a dar cumprimento às regras contabilísticas e afetas à SNC-AP (Sistema Nacional de Contabilidade das Administrações Públicas) a que a autarquia esta vinculada, com base no Decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro na sua redação atual. -----

Por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35 da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida à próxima reunião do órgão executivo, para que nela possa ser ratificado o despacho do Senhor Presidente.” --

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA RUIVA. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 140/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de um baile solidário que terá lugar do dia 10 de novembro, no horário compreendido entre as 22,00h e as 4,00h do dia 11/11, no Centro Cultural daquela localidade. -----

Relativamente à licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 15.º do DL 9/2007, de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Quanto à isenção do pagamento das taxas, refere o n.º 2, alínea a) do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, *“poderão estar*

isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; ou, nos termos do n.º 4 cujas “isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados, devidamente instruído e fundamentado.” -----

Tem sido prática comum, a Câmara, no que concerne a iniciativas promovidas pelas Juntas de Freguesia, isentar do pagamento das taxas inerentes às atividades que são da sua competência. -----

Atendendo à proximidade da data do evento, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 22/11/2023. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4. MANUEL RUI DE SOUSA BEXIGA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENCERRAMENTO DE RUA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 140/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita o Sr. Manuel Rui de Sousa Bexiga autorização para o fecho do arruamento em frente ao seu estabelecimento de taberna, sito na Rua do Alto da Bica, n.º 3 em Cuba,

por ocasião da Rota das Tabernas, que terá lugar do próximo dia 18 de novembro de 2023. Solicita, ainda, 3 mesas corridas e respetivos bancos, bem como baldes do lixo.

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”. -----

Em pedidos anteriores a Câmara deferiu sempre as pretensões do requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. RUI NELSON LADEIRA CARVALHO “PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DA RENDA DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES. RUA ANTÓNIO MARIA ILDEFONSO, N.º 6, CUBA. ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 142/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita o Sr. Rui Nelson Ladeira Carvalho, o pagamento das rendas de habitação que tem em dívida no valor de € 1.521,00, em prestações mensais de € 80,00, uma vez que, de momento não tem condições económicas para proceder ao pagamento da quantia na totalidade.” -----

Ao valor em dívida acresce um agravamento de 20% por cada uma das mensalidades. Face ao exposto, e de acordo com os termos do Artigo 781.º do Código Civil - (Dívida liquidável em prestações), pode a Câmara aprovar a pretensão do requerente, autorizando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que a falta de realização de uma delas importa o vencimento de todas as outras. -----

A verificação do cumprimento integral do plano prestacional, a ser aprovado, deverá ser condição para que a Câmara possa considerar o perdão do agravamento das mensalidades. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente chamando a atenção para a necessidade do cumprimento integral do plano prestacional, sob pena de, tal não ocorrendo, para além do vencimento de todas elas por falta de um pagamento a Câmara não poder considerar o perdão do agravamento. -----

6. DEOLINDA MARIA DA SILVA ROQUE CARVALHO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA FÉ, N.º 43 – FARO DO ALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 143/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Deolinda Maria da Silva Roque Carvalho, consumidora de água no prédio supra referido, a possibilidade de poder proceder ao pagamento dos valores do consumo que estão em dívida através de 2 planos de pagamento em prestações: Um para a dívida que se encontra em execução fiscal, em prestações mensais, de € 25,50; outro para a fatura que se encontra em débito na Tesouraria, em prestações de € 20,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Para as dívidas em execução fiscal: -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas. -----

(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----

A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simula-

ção anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

Para as dívidas em débito na Tesouraria: -----

Nos termos do nº 3 do art.º 73.º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, “3 - O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de abastecimento público de água. ” -----

Refere ainda o n.º 4 do citado artigo que “4 --- Não é admissível o pagamento parcial das tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais bem como da taxa de recursos hídricos associada.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1. Com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

2. Nos termos do nº 3 do art.º 73.º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, permitir o pagamento parcial da fatura, alertando para a necessidade do cumprimento do plano de forma a evitar as consequências invocadas em 1. -----

7. MARIA ANTÓNIA SANTOS MONTE. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO CONDE DA ESPERANÇA, N.º 9, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 144/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Maria Antónia Santos Monte, consumidora de água no prédio supra referido, a possibilidade de poder proceder ao pagamento dos valores do consumo que estão em dívida e em processo de execução fiscal, através de um plano de pagamento em prestações mensais de € 50,00, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para liquidar o valor na totalidade. -----

Para as dívidas em execução fiscal: -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - *Pagamento em prestações e outras medidas* -----

(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - *Entidade competente para autorizar as prestações.* -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

8. ANA MARIA VARGAS ISAÍAS VASCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA HORTA DO BICHO, LOTE N.º 1, R/C DT.º, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 145/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Ana Maria Vargas Isaías Vasco, consumidora de água no prédio supra referido, a possibilidade de poder proceder ao pagamento dos valores do consumo que estão em dívida e em processo de execução fiscal, através de um plano de pagamento

em prestações mensais de € 20,00, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para liquidar o valor na totalidade. -----

Para as dívidas em execução fiscal: -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----

(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações. -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2023/2024. ALTERAÇÃO DO ESCALÃO DO ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS E CONSEQUENTE REPERCUSSÃO NA COMPARTICIPAÇÃO PARA A CANTINA ESCOLAR – ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2023, SAE, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor se transcreve: -----

“Em Reunião de Câmara de 02/08/2023, o órgão executivo, deliberou aprovar os auxílios económicos solicitados, no âmbito da Ação Social Escolar, requeridos pela encarregada de educação da aluna, Constança Isabel Medinas Piriquito a frequentar o ensino pré-escolar na Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba. De acordo com o escalão do abono que detinha na altura (II esc.) ficou aprovado que a Câmara suportaria 50% do custo com as refeições escolares. -----

Contudo, na sequência da reavaliação de rendimentos, o escalão sofreu alteração, passando para o I esc. do Abono de Família e de acordo com a legislação em vigor a participação da autarquia é de 100%, conforme quadro em anexo. B -----

Assim, solicita a encarregada de educação que a atualização seja também considerada pela Câmara Municipal, para os efeitos que daí resultem. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (de acordo com o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família durante as interrupções de 2023/2024), a partir da data da próxima Reunião de Câmara tem um valor estimado de 144,54€, valor este que acresce ao já atribuído relativo ao 2.º escalão.

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

Face ao exposto, em caso de concordância, sou a propor: -----

Por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida à próxima reunião ordinária da câmara municipal, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

Por se tratar de uma situação que não está prevista no Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos, de acordo com o art.º 10.º inserto nesse Regulamento, deverá ser analisada e resolvida pela Câmara Municipal a alteração do escalão com efeitos na comparticipação para a cantina escolar – alimentação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou assumir os encargos decorrentes da alteração de escalão para efeitos de comparticipação para a cantina escolar – alimentação. -----

10. BRUNO NÓBREGA MARTINS. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE À ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA USO DOMÉSTICO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 30/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Ana Baião, cujo teor se transcreve: -----

“De acordo com a deliberação de câmara na sua reunião ordinária de 25 de outubro de 2023, foi determinado proceder à formalização do contrato de arrendamento em regime de renda apoiada, ao Sr. Bruno Martins, sito na morada Rua António Maria Ildefonso, nº 12, em Cuba. -----

Desta forma, para o Sr. Bruno proceder à alteração da titularidade do contrato de fornecimento de água para uso doméstico, terá que despende de 13,06 €. Sendo o mesmo beneficiário de rendimento social de inserção, este valor terá um impacto significativo no seu orçamento familiar. -----

Assim, vem o Serviço de Ação Social e Saúde propor que o Sr. Bruno Martins seja isentado do pagamento de taxas referente à alteração da titularidade do contrato de água.

A Câmara, por unanimidade, deliberou isentar o requerente do pagamento de taxas referente à alteração da titularidade do contrato de fornecimento de água para uso doméstico, nos termos da presente informação. -----

11. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 146/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Vem a direção do Sporting Clube de Cuba, solicitar a cedência do Pavilhão de Exposições para a realização de um Espetáculo (baile), no próximo dia 1 de dezembro de 2023, bem assim como a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização. -----

Ao abrigo do disposto no Regulamento do Pavilhão Multiusos da Mata, designadamente no n.º 1, *“A cedência e utilização do Pavilhão destina-se a atividades culturais, recreativas, desportivas e outras.”* -----

De acordo com o n.º 2 do mesmo Regulamento *“As instalações são cedidas, prioritariamente, para a realização dessas atividades a autarquias, escolas e outras entidades de interesse público”*. -----

Refere ainda o n.º 3 da mesma Postura Municipal, que, *“As instalações poderão, ainda, ser cedidas para casamentos, festa e outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a atividade referida no número 2 e não deteriore as instalações sendo que, com base no artigo 2.º n.º 7, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes.”* -----

Quanto à cedência gratuita do Pavilhão, refere o n.º 2, alínea a) do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, *“poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; ou, nos termos do n.º 4 cujas “isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados, devidamente instruído e fundamentado.”* -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”*. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão ao Sporting Clube de Cuba”; -----

b) Isentar do Pagamento das taxas devidas com a utilização cujo valor é de € 281,23. --

12. SECÇÃO DE FUTSAL DO SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 147/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Vem a Secção de Futsal do Sporting Clube de Cuba, solicitar a cedência do Pavilhão de Exposições para a realização de uma festa denominada “Christmas Futsal Party”, no próximo dia 23 de dezembro de 2023, bem assim como a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização. -----

Ao abrigo do disposto no Regulamento do Pavilhão Multiusos da Mata, designadamente no n.º 1, “A cedência e utilização do Pavilhão destina-se a atividades culturais, recreativas, desportivas e outras.” -----

De acordo com o n.º 2 do mesmo Regulamento “As instalações são cedidas, prioritariamente, para a realização dessas atividades a autarquias, escolas e outras entidades de interesse público”. -----

Refere ainda o n.º 3 da mesma Postura Municipal, que, “As instalações poderão, ainda, ser cedidas para casamentos, festa e outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a atividade referida no número 2 e não deteriore as instalações sendo que, com base no artigo 2.º n.º 7, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes.” -----

Quanto à cedência gratuita do Pavilhão, refere o n.º 2, alínea a) do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, “poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; ou, nos termos do n.º 4 cujas “isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados, devidamente instruído e fundamentado.” -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de

energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal". -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão à secção de Futsal do Sporting Clube de Cuba"; -----

b) Isentar do Pagamento das taxas devidas com a utilização cujo valor é de € 281,23. --

13. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA 2ª EDIÇÃO DO PRÉMIO LITERÁRIO FIALHO DE ALMEIDA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22/2023, SBAM, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Sandra Braz, cujo teor se transcreve: -----

"Face à prevista extinção da Direção Regional da Cultura do Alentejo, no próximo mês de dezembro, foi necessário proceder-se à alteração do Protocolo de colaboração existente. -----

Em anexo, remeto o novo Protocolo de colaboração 2023, para a segunda edição do Prémio Literário.-----

Protocolo de Colaboração

O Prémio Literário Fialho de Almeida é instituído pela Câmara Municipal de Cuba, homenageando o escritor alentejano Fialho de Almeida, grande figura da Literatura portuguesa, e tendo como objetivo promover, defender e valorizar a Língua Portuguesa e a Identidade e Diversidade cultural da Região Alentejo, suas tradições, e de promover e incentivar a Criação Literária nas modalidades de conto e romance, bem como o gosto pela Leitura e pela Escrita.

Este prémio é instituído em colaboração com a Associação Cultural Fialho de Almeida, que tem como principal objetivo divulgar a pessoa e a obra do escritor português Fialho de Almeida.

Assim

Entre:

A Câmara Municipal de Cuba, com sede em Rua Serpa Pinto, n.º 84 Cuba, Portugal, pessoa coletiva nº 500832935, neste ato representada pelo seu Presidente, Dr. João Manuel Casaca Português;

e

A Associação Cultural Fialho de Almeida, com sede em Cuba, na Rua do Paço, n.º 13, pessoa coletiva n.º 504 485 989 representada pela presidente da Direção Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbués Moreira.

É celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente acordo tem por objeto a colaboração entre os outorgantes no âmbito da segunda edição do Prémio Literário Fialho de Almeida.

Cláusula 2ª

(Obrigações da CM de Cuba)

No âmbito do presente protocolo, a Câmara Municipal de Cuba, compromete-se a:

1. Atribuir o financiamento para o prémio Literário Fialho de Almeida no valor de 3000€ (três mil euros).
2. Atribuir 1000€ (mil euros) para apoiar a edição da obra vencedora por uma editora nacional.
3. Atribuir 1500€ (mil e quinhentos euros) para pagamento dos honorários aos elementos do Júri do Prémio Literário Fialho de Almeida.
4. Promover a apresentação pública do trabalho vencedor do Prémio Literário Fialho de Almeida, bem como da(s) menção honrosa, se a tal houver lugar, durante o mês de maio de 2024 com evento artístico;
5. Realizar todos os procedimentos que antecedem a entrega do Prémio e menção honrosa, cumprindo a calendarização acordada com a Associação Cultural Fialho de Almeida e afixada no respetivo Regulamento.

Cláusula 4ª

(Obrigações da Associação Cultural Fialho de Almeida)

No âmbito do presente protocolo, a Associação Cultural Fialho de Almeida, compromete-se a:

1. Nomear um elemento para o júri do Prémio Literário;
2. Colaborar nas ações de promoção do livro e da Leitura da Casa Fialho de Almeida

Cláusula 5ª

(Vigência)

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir do dia 22/11/2023.
2. Caso se verifique qualquer situação, ou impedimento, que dificulte ou impeça a continuação do envolvimento de qualquer das partes no presente protocolo, as mesmas comprometem-se a, de boa-fé, reunir e encontrar uma solução de reajustamento do mesmo, de forma a continuarem a colaborar na promoção da literatura/cultura no Alentejo.

Feito em duplicado, em 22 de novembro de 2023, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Câmara Municipal de Cuba
João Manuel Casaca Português
Associação Cultural Fialho de Almeida
Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbués Moreira

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a alteração ao presente protocolo.

14. RESIDÊNCIA ARTÍSTICA “RETRATOS EM CUBA” - MUSEU LITERÁRIO CASA FIALHO DE ALMEIDA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2023, SBAM, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Sandra Braz, cujo teor se transcreve: -----

“No âmbito do projeto apresentado pela artista Renata Bueno para a realização de uma Residência Artística intitulada “Retratos em Cuba_arte e encontro”, cuja duração será de 21 dias no concelho de Cuba para conhecimento do território e das pessoas e seguintes sessões de retratos em Cuba e nas freguesias, deverá a câmara deliberar sobre o alojamento da artista na “Residência Artística” da Casa Museu Literário Fialho de Almeida. -----

“Desenhar o Outro é um encontro entre a artista e o público da terceira idade. Um diálogo que se faz com gestos, olhares e histórias de tonalidades e ritmos próprios”. Serão contemplados no projeto: Idosos pertencentes aos Grupos Corais, idosos frequentadores das tabernas e adegas e outros moradores de todas as freguesias. -----
Na proposta apresentada a alimentação durante os dias de trabalho da artista Renata Bueno serão da responsabilidade da Autarquia. -----

A Câmara, por unanimidade, reconhecendo a importância para o concelho que reveste

um projeto com estas características, deliberou assumir os encargos com a estadia da artista durante o período de 21 dias perspectivado para a sua realização. -----

15. EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA EM CUBA. ENQUADRAMENTO LEGAL E CONTRATUAL DA REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 275/2023, UAOU/SO, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento em relação à Empreitada de requalificação e valorização da casa fialho de Almeida em Cuba, -----

1.a) – A empreitada foi adjudicada ao consórcio Veiga Lopes S.A e Lado Renovado construções, Lda, a 17/8/2016; -----

1.b) – Em 6 de Setembro de 2016 foi formado entre as partes o contrato de empreitada no valor de 629 692,90€, acrescidos de Iva à taxa legal de 6%, no valor de 37 781,57€, o que perfaz um valor global de 667 474,47€, como custo global; -----

1.c) – O prazo de execução foi fixado em 270 dias; -----

1. d) – Registrar que à obra em causa está a ser aplicada a Fórmula F07 – Reabilitação profunda de edifícios; -----

2.º - Mais deliberou, também por unanimidade: -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 6 323.37€ mais Iva à taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

2.2.º - Tratando-se de despesa legalmente prevista desde o início do contrato, embora à data fosse impossível aferir do seu valor com qualquer nível de rigor, que não uma mera previsão, determinar aos serviços financeiros que procedam em conformidade visando o enquadramento da dita despesa. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a revisão de preços definitiva. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulação”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

16. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1º DE MAIO, EM CUBA. REVISÃO DE PREÇOS. -----

16.1 REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1º DE MAIO, EM CUBA. CONSDEP - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 281/2023, UAOU/SO, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento em relação à Empreitada de reabilitação urbana da Rua 1º de Maio em Cuba; -----

1.a) – A empreitada foi adjudicada à empresa CONSDEP – Engenharia e Construção, S.A a 01/08/2019; -----

1.b) – Em 29 de Abril de 2020 foi formado entre as partes o contrato de empreitada no valor de 928 849,66€, acrescidos de Iva à taxa legal de 6%, no valor de 55 730,97€, o que perfaz um valor global de 984 580,63€, como custo global; -----

1.c) – O prazo de execução foi fixado em 240 dias; -----

1. e) – Registrar que à obra em causa está a ser aplicada a Fórmula F09 – Arranjos Exteriores; -----

2.º - Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade: -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 0€ e dar conhecimento ao empreiteiro;

2.2.º - Tratando-se de despesa legalmente prevista desde o início do contrato, embora à data fosse impossível aferir do seu valor com qualquer nível de rigor que não uma mera previsão, determinar aos serviços financeiros que procedam em conformidade visando o enquadramento da dita despesa. -----

16.2. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1º DE MAIO, EM CUBA. FRANCISCO CHARNECA PINTO & FILHOS, LDA (CONTRATO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL); -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 282/2023, UAOU/SO, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento em relação à Empreitada de reabilitação urbana da Rua 1º de Maio em Cuba; -----

1.a) – A empreitada foi adjudicada à empresa Francisco Charneca Pinto & Filhos, Lda a 04/05/2022; -----

1.b) – Em 04 de Maio de 2022 foi formado entre as partes o contrato de empreitada no valor de 687 562,75€, acrescidos de Iva à taxa legal de 6%, no valor de 41 253,76€, o que perfaz um valor global de 728 816,51€, como custo global; -----

1.c) – O prazo de execução foi fixado em 240 dias; -----

1.d) – Registrar que à obra em causa está a ser aplicada a Fórmula F09 – Arranjos Exteriores; -----

2.º - Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade: -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 116 641,95€ mais Iva à taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

2.2.º - Tratando-se de despesa legalmente prevista desde o início do contrato, embora à data fosse impossível aferir do seu valor com qualquer nível de rigor, que não uma mera previsão, determinar aos serviços financeiros que procedam em conformidade visando o enquadramento da dita despesa. -----

17. EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA. SEGUNDA PRORROGAÇÃO LEGAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 284/2023, UAOU/SO, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

"Neste caso a Empreitada de requalificação da Rua 1º de Maio, em Cuba, foi despoletada antes de 13 de Maio de 2020, pelo que a ela é aplicada a versão anterior do Dec. Lei n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, e nessa versão está regulado o seguinte:

Artigo 13.º- Prorrogações

1 - Sempre que sejam concedidas ao empreiteiro prorrogações legais, a revisão de preços será calculada com base no plano de pagamentos reajustado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento em relação à Empreitada de requalificação da Rua 1º de Maio em Cuba -----

1. a) – Proposta de prorrogação de prazo apresentada pela empresa Francisco Charneca Pinto & Filhos, Lda; -----

2.º - Mais deliberou a Câmara, com base na comunicação anexa, enviada pela empresa Francisco Charneca Pinto & Filhos, Lda, empreiteiro da Empreitada de requalificação da Rua 1º de Maio em Cuba, na qual somos alertados para a necessidade de prolongar o período de execução de obra até 31 de Dezembro de 2023 e após análise da equipa de fiscalização, aprovar a devida prorrogação, sendo a mesma de carácter Legal, uma vez que atendendo às situações apresentadas, se conclui que a mesma deriva de causas não imputáveis ao empreiteiro. -----

18. REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DE TROÇO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, EM CUBA. -----
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL AO EMPREITEIRO JJ. RODRIGUES. -----
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL AO EMPREITEIRO JJ. TOMÉ. -----
RETIFICAÇÃO DOS VALORES INSERTOS NAS INFORMAÇÕES N.ºS 259 E 260, QUE DERAM ORIGEM ÀS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA RC DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023. ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 285/2023, UAOU/SO, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

"Na RC de 08 de novembro foi deliberado em relação às empreitadas mencionadas no assunto os valores a abonar aos empreiteiros aos quais houve cessão da posição contratual (JJ. Rodrigues – Pinturas nos Pavimentos e JJ. Tomé – componente de eletricidade) em resultado das revisões de preços definitivas. Vide doc. n.º 1. -----

Aquando do despoletar dos procedimentos inerentes à emissão de faturas registou-se que nas mesmas consta um erro nos valores que importa corrigir. -----

Assim sendo, na deliberação n.º 8 sobre a empreitada da Estrada da Circunvalação – Empreiteiro JJ. Rodrigues, onde se lê: -----

--- -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 25.335,14€, mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----

--- -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 178.93€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Já na deliberação n.º 9 sobre a empreitada da Estrada da Circunvalação – Empreiteiro JJ. Tomé, onde se lê: -----

... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 25.335,14€, mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----

... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 96,81€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia

das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida à reunião da câmara municipal, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

1.º - Constar que houve um erro de escrita nas informações sobre as revisões de preços do Projeto da Estrada da Circunvalação, que as fez ser distintas dos anexos que as acompanharam; -----

2.º - Assim sendo, na deliberação n.º 8 sobre a empreitada da Estrada da Circunvalação – Empreiteiro JJ. Rodrigues, onde se lê: -----

- ... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 25.335,14€, mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----
... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 178.93€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

3.º - Já na deliberação n.º 9 sobre a empreitada da Estrada da Circunvalação – Empreiteiro JJ. Tomé, onde se lê: -----

... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 25.335,14€, mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----
... -----

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redacção inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 96,81€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, deliberou proceder à correção dos valores nos termos em que foram apresentados. -----

19. VISTORIA AO EDIFICADO DO PALACETE BORRALHO RELÓGIO, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 279/2023, GMPC, da autoria do Técnico Superior Dr. José Borracha, acompanhada do auto de vistoria que aqui se dá por integralmente reproduzido, ficando a fazer parte integrantes desta ata. -----

A Câmara tomou conhecimento e, atentos os factos constantes do Relatório, deliberou determinar o cancelamento do Registo de Alojamento Local até estarem sanadas as patologias verificadas no edifício, através da execução de obras de conservação que, pelas suas características poderão estar isentas de controlo prévio e, dessa decisão dar conhecimento ao Turismo de Portugal. -----

20. ELOSUA PORTUGAL -- PRODUTOS ALIMENTARES, SA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 283/2023, UAOU, da autoria do Chefe de Unidade Dr. André Linhas Roxas, na qual, na sequência do requerimento de certificação para que esta câmara ateste que as edificações de apoio agrícola e respetiva utilização existentes no prédio rústico denominado “Herdade de Belmeque” estão dispensadas de licenciamento, propõe que se indefira o pedido de dispensa, apresentando como alternativa mais evidente e segura para resolver esta questão, o processo de legalização nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir o pedido de dispensa de licenciamento formulado pela requerente, propondo como alternativa, para resolução da situação a apresentação de projeto de legalização das construções existentes. -----

Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, notificar a requerente para, em sede de audiência dos interessados, no prazo de 10 dias, dizer, por escrito, o que sobre o assunto lhe aprouver. -----

+2

21. PALMA BORRALHO RELÓGIO, LDA. PEDIDO DE CERTIFICAÇÃO DE OBRAS ISENTAS DE CONTROLO PRÉVIO. -----

Solicita o requerente a certificação por parte da Câmara municipal de que as obras de manutenção e conservação do Palacete Borralho Relógio estão isentas de controlo prévio. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º E-5578/2023, UAOU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, deliberou certificar que as obras estão isentas de controlo prévio, conforme disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 6.º do RJUE, na redação do Dec-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

22. AMILCAR ANTÓNIO RICARDO MOREIRA. PROCESSO N.º 35/2023. OBRAS DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO EM MORADIA. RUA DA FÉ, N.º 13, EM FARO DO ALENTEJO. –

Foi presente à Câmara a Informação n.º 35/2023, UAOU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo enquadramento se transcreve: -----

“Vem o requerente submeter a apreciação, o projecto de arquitectura para a remodelação e ampliação de uma habitação localizada em zona consolidada da freguesia de Faro do Alentejo. -----

Da apreciação prévia do projecto agora apresentado, verifica-se que no essencial a intervenção respeita à requalificação do logradouro posterior, com a introdução de uma piscina, uma pérgola e uma pequena área de máquinas e sanitário de apoio. -----

Concordamos com essas intervenções, que no geral introduzem melhorias evidentes nas fachadas e na valorização global do imóvel; -----

A linguagem arquitectónica proposta atendendo à intervenção pontual, e às características da pré-existência, apresenta uma solução mais interessante em termos volumétricos e plásticos, adequando-se de modo relativamente equilibrado ao contexto urbano local, no que respeita aos volumes, alinhamentos e fenestrações das fachadas; -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas em vigor que ficarão observadas na área objecto de remodelação; -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da

Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projecto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

23. CARLOS FILIPE LANÇA DAROEIRA. OBRAS. PROC.º 28/2021. PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PROJETO. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA DR.ª EMILIA SALVADO BORGES, N.º 41, EM CUBA. -----

Vem o requerente, submeter a apreciação, as peças referentes às alterações ao projeto de arquitetura, estruturas, águas e esgotos do processo n.º 28/2021, relativamente à construção de uma moradia unifamiliar no prédio sito na Rua Dr.ª Emília Salvado Borges, n.º 41, em Cuba. -----

Atenta a urgência invocada pelo requerente para efeitos de instrução de processo junto de entidade bancária o Sr. Presidente proferiu despacho de aprovação das alterações. A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

24. ROCIM AGRO-INDÚSTRIA, LDA. OBRAS. PROCESSO N.º 3/2023. ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA CASA DE CAMPO, PISCINA E MUROS. LICENCIAMENTO. -----

Vem o requerente, solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----
A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica do Arq.º Helder Caseiro,

ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

25. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 06/2021 -- HORTA DO BICHO -- PROMOTOR MANZACA & MOREIRA. QUESTÕES FINAIS PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 39/2023, DAODS, da autoria do Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“Como é consabido na RC de 08 de novembro foi aprovada a proposta do Eng.º Carlos Daroeira que dava a sua concordância técnica à solução preconizada pelo promotor para colmatar a ainda inexistência do reservatório elevado a erigir pela AGDA. -----

Deliberou então a Câmara aceitar que o promotor coloque uma bomba hidropressora em cada um dos lotes a edificar, enquanto a AGDA não conclui o reservatório que já se vinculou a construir em Cuba na zona sudeste do aglomerado urbano. -----

Importa agora aferir as questões finais para que possa ser emitido o Alvará das Obras de Urbanização. -----

Antes disso e para que seja do conhecimento de todos os envolvidos, efetua-se nova descrição cronológica à data de 21 de novembro, no que concerne a este procedimento urbanístico, a saber: -----

1.º - Em 15 de dezembro de 2021 deu entrada nos serviços um requerimento inerente a uma operação urbanística por parte do promotor Manzaca & Moreira, Empreendimentos Imobiliários, onde solicitava a aprovação de um loteamento urbano com 27 fogos na Horta do Bicho, em Cuba; -----

2.º - Em 16 de fevereiro de 2022, a Câmara, tendo por base a Informação n.º 06/2021, de 31/01/2022, da autoria do Arquiteto Hélder Caseiro, deliberou aprovar a dita operação de loteamento, determinando de acordo com a proposta técnica fixar em 48.829,64€ o valor da TRIU (Taxa de Reforço das Infraestruturas Urbanísticas), disso

notificando o promotor, bem como da necessidade de apresentar os respetivos projetos inerentes à obras de urbanização com as especialidades necessárias e legalmente exigíveis, sendo que sobre essas obras de urbanização deveria ser prestada caução; ---

2.1.º - Na sequência ponto anterior, sou a reforçar que na certidão já emitida sobre esta questão as taxas apresentadas no valor de 48.829,64€ reportam no texto escrito à TRIU, mas factualmente deverá levar-se em linha de conta o seguinte: -----

a) – Taxas de Compensação – 15.475,42€;

b) – Taxas de Reforço das Infraestruturas Urbanísticas – 33.354,22€;

c) – Total de a) + b) = c) , ou seja, 48.829,64€.

2.2.º - A deliberação mencionada nos números anteriores foi tomada ao abrigo do art.º 23.º n.º 1 al. a) do RJUE, aprovado pelo Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, depois de ter sido assegurado pelo técnico que estavam cumpridos os requisitos enunciados nos artigos 41.º a 52.º do mesmo diploma normativo, devidamente articulados com a Portaria n.º 216-b/2008, de 03 de março, na sua redação atual. -----

2.3.º - Registamos que o promotor se propõe ir além dos índices mínimos previstos na portaria supramencionada no que aos lugares de estacionamento diz respeito, visando uma maior atratividade na venda dos lotes, tecnicamente nada a opor, reforçando que os valores mencionados no quadro I e II anexos à portaria são valores mínimos nada obstando a que sejam executados valores superiores; -----

2.4.º - Sobre a zona de espaços verdes do projeto já a Câmara se pronunciou em 16 de fevereiro de 2022, atenta a proposta técnica que lhe chegou, por ora, nada mais existe a registar remetendo nós para o já em cima invocado. -----

3.º - Em 18 de agosto de 2022 deu entrada nos serviços um requerimento por parte do promotor Manzaca & Moreira, Empreendimentos Imobiliários, onde apensava os projetos das especialidades (Rede Viária, Rede Água para Abastecimento, Rede Elétrica, ITUR, Rede Águas Residuais, Medições e Orçamento). -----

3.1.º - Em 09 de novembro de 2022, a Câmara, tendo por base a Informação n.º 131/2022, de 13/10/2022, da autoria do Eng.º Civil Carlos Daroeira, deliberou aprovar as obras de urbanização, determinando ressaltar que existia uma condicionante em relação à rede de abastecimento de águas, bem como à de rede de águas residuais e ainda à rede de águas pluviais, salvaguardando-se que em muitas zonas da vila que para ali

desaguam a rede continua a ser unitária. Remete-se para o teor da informação supra-mencionada cujo teor e posição agora reafirmamos. -----

3.2.º - A deliberação mencionada no número anterior foi tomada ao abrigo do art.º 23.º n.º 1 al. b) do RJUE, aprovado pelo Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, depois de ter sido assegurado pelo técnico que estavam cumpridos os requisitos enunciados nos artigos 53.º a 56.º do mesmo diploma normativo, registando nós que a caução a prestar para a execução das ditas obras corresponde ao valor dos orçamentos apresentados, conforme n.º 3 do art.º 54.º do RJUE, no caso sub judice, esse caução será de 232.806,64€ para a fase 1 e 67.601,78€ para a fase 2. -----

3.3.º - A caução a prestar poderá ser reduzida até um valor máximo de 90%, assim que se mostrem rececionadas provisoriamente pela autarquia as obras de urbanização, sendo que os restantes 10% apenas poderão ser libertados após a receção definitiva. Vide art.º 54.º n.º 4 e 5.º do RJUE e as normas do CCP aplicáveis a esta temática. -----

4.º - Importa constatar que os conceitos operação de loteamento e obras de urbanização embora façam parte do mesmo léxico, ainda que complementares, são instrumentos diferentes e foram tratados e deliberados em momentos distintos, permanecendo a equipa técnica a corroborar as propostas que fez chegar ao executivo para cada uma delas. -----

5.º - Notificada ao promotor a deliberação enunciada em 3.2.º criou-se entre as partes alguma diferenciação de conceitos que consideramos totalmente ultrapassada à data de hoje, de pois de terem existidos reuniões formais e informais entre as partes, quer presenciais, quer por telefone. -----

6.º - No passado dia 27 de junho de 2023, veio o promotor apresentar uma proposta de solução inerente à possibilidade de apenas erigir o reservatório subterrâneo se até à altura da emissão de qualquer licença de construção de qualquer um dos 27 lotes, ainda não estivesse ao serviço o reservatório da AGDA já em cima mencionado. -----

6.1.º - Essa proposta foi aceite na reunião de Câmara que teve lugar no passado dia 13 de setembro de 2023. -----

7.º - Em 19 de outubro, o promotor mudou de ideias e propôs uma opção alternativa ao que havia dito em 27 de junho de 2023. Desta feita, propôs-se a colocar uma bomba hidropressora em cada um dos lotes que pretendesse edificar, isto enquanto não estivesse construído o reservatório por parte da AGDA; -----

7.1.º - Essa solução foi tecnicamente aceite pelos nossos serviços técnicos, tendo merecido uma deliberação favorável da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 08 de novembro de 2023. -----

8.º - Em 15 de novembro de 2023 veio o promotor aferir da possibilidade de liquidar as taxas devidas em quatro prestações. Sobre isto importa relembrar que o Arquiteto Hélder já havia equacionado essa possibilidade mediante documento que foi apresentado na RC de 16 de fevereiro de 2022. Ainda assim, trazemos aqui o artigo à data mencionado, ou seja, o artigo 10.º n.º 2 do Regulamento Municipal de Taxas em vigor, onde está estipulado que: -----

Artigo 10.º

Pagamento em prestações

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a 200€ (duzentos euros), o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras. -----

2 - Tratando-se de taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas, ou pela, emissão do alvará de licença parcial prevista no n.º 6, do artigo 23.º na redação atual do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, o seu pagamento poderá ser autorizado em prestações, desde que, cumulativamente, se mostrem preenchidos os seguintes requisitos: -----

a) Pagamento de uma parte não inferior a 25 % do montante da taxa devida. -----

b) Pagamento da quantia restante em prestações iguais, em número não superior a 12 prestações, até ao termo do prazo de execução das operações urbanísticas fixado no respetivo alvará. -----

c) Prestação sem quaisquer despesas para a Câmara Municipal da caução prevista no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro. -----

8.1.º - Constata-se, pois, a viabilidade regulamentar da pretensão da requerente porquanto cumpre a proporcionalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do art.º 10 do RMT de 25% do valor na primeira prestação e não vai além do limite para as restantes. Assim sendo a ser deferida a pretensão, atento o prazo de execução as obras já aprovado de seis meses, deverá equacionar-se o seguinte: -----

- +m
Hede
K
J
- a) - Primeira Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em dezembro de 2023;
 - b) - Segunda Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em fevereiro de 2024;
 - c) - Terceira Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em abril de 2024;
 - d) - Quarta e última Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em junho de 2024;

Nota: Não são aqui levadas em linha de conta as taxas de valor residual para a emissão de documentos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Registrar que o promotor apenas irá, por ora, avançar com a fase 1, o que pressupõe que a caução a prestar como forma de garantia para as obras de urbanização corresponde aos valores propostos e aprovados para a execução dos respetivos trabalhos, ou seja, 232.806,64€; -----

2.º - Registrar que esses trabalhos deverão ser executados em seis meses, conforme calendarização proposta e aprovada; -----

3.º - Face à viabilidade regulamentar da pretensão da requerente – pagamento do valor das taxas em quatro prestações, porquanto cumpre a proporcionalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do art.º 10 do RMT de 25% do valor na primeira prestação e não vai além do limite para as restantes, deferir a dita pretensão, atento o prazo de execução das obras já aprovado de seis meses, determinando-se o seguinte: -----

- a) - Primeira Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em dezembro de 2023;
 - b) - Segunda Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em fevereiro de 2024;
 - c) - Terceira Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em abril de 2024;
 - d) - Quarta e última Prestação no valor de 12.207,41€ a vencer-se em junho de 2024;
-

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----



Hele

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,10 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

